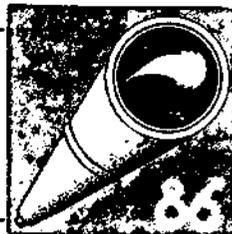


“É preciso que entendam que ...”



... nosso povo chegou ao limite”

Sarney alerta que 1986 será um ano de trabalho duro

Brasília — Foto de Wilson Pedrosa

Lembrando que quando assumiu o governo a principal preocupação de todo brasileiro era a questão do emprego, o presidente José Sarney, em entrevista ao JORNAL DO BRASIL, disse satisfeito que o país conseguiu vencer a recessão e voltar a crescer. “Este será um ano de trabalho duro porque temos muitos desafios a enfrentar”, alertou Sarney, destacando a necessidade de governo e povo, juntos, combaterem a especulação. Ele reafirmou o compromisso social da ação governamental e definiu que “1986 será marcado como o ano brasileiro dos programas sociais”.

— A inflação foi o grande fantasma de um 1985 bem-sucedido. Como atacá-la em 1986?

Sarney — A grande preocupação que estava na cabeça de todo brasileiro era a falta de emprego, era a recessão econômica, era o marasmo, a falta de confiança.

Em 1985, o país venceu a recessão. Voltamos a crescer. O país ganhou confiança em suas próprias forças. Nossa economia está em crescimento; foram criados mais de um milhão e meio de novos empregos. O ritmo industrial é crescente, o que só vem a comprovar a confiança dos empresários em novos investimentos, que realimentarão o ciclo produtivo.

Em recente programa de rádio, eu disse que 1986 seria um ano de trabalho duro porque temos muitos desafios a enfrentar. A inflação está inserida neste rol de desafios. O governo e o povo devem ficar alertos contra a ganância e a especulação. Temos que exercer severo controle sobre o abusivo processo de remarcação de preços que espolia o povo, provocando um clima psicológico de altas constantes, prejudicando todo um esforço do governo no combate à inflação.

— Como o governo pretende renegociar a dívida externa, se o FMI não der seu aval ao programa econômico brasileiro?

Sarney — Para o Brasil, como parte do continente latino-americano, é imperioso que a crise do endividamento seja negociada em sua dimensão política. O governo brasileiro tem feito um esforço gigantesco para recuperar o crescimento e encaminhar soluções para o problema dos débitos externos. Isto tem sido feito com a serenidade de um país que não tem medido esforços para cumprir com rigor seus compromissos internacionais.

Agora, é preciso que as agências financeiras internacionais compreendam que nosso povo chegou ao limite do suportável. É impossível exigir sacrifícios adicionais de uma população de pauperada como a nossa. Ao contrário, temos de garantir aos brasileiros que as oportunidades de emprego estarão aumentando nos próximos anos.

— O Sr. tem dito que este é o ano do “resgate da dívida social”. Que tipo de mágica pode compatibilizar controle da inflação, desenvolvimento econômico e investimentos sociais?

Sarney — O ano de 1986 será marcado como o ano brasileiro dos programas sociais, como já tenho dito, e essa foi a tônica da última reunião com os ministros da área social. Iremos implantar a justiça fiscal, ampliar a oferta de merenda escolar, começar a distribuir um litro de leite diariamente para cada criança filha de trabalhador que ganha até dois salários mínimos. Vamos garantir a alimentação suplementar à mulher grávida e atender com alimentação básica às crianças de até 4 anos. Iremos distribuir 40 tipos de remédios, gratuitamente, para os doentes pobres. Outras medidas serão tomadas. A LBA tem trabalhado no sentido desse resgate, assim como a Secretaria de Assuntos Comunitários, e, evidentemente, todos os ministérios envolvidos.

Não há qualquer mágica. O que há é empenho, trabalho e confiança no crescimento, com o combate para a queda da inflação.

— Se a mágica não der certo, a previsão é de um aquecimento dos movimentos sindicais, com tantas ou mais greves do que em 1985. Qual será a resposta do governo?

Sarney — O governo tem encarado os movimentos grevistas em termos democráticos, isto é, ouvindo, negociando, tentando atender as reivindicações justas. Sempre estivemos e estaremos preparados para o diálogo e o entendimento. O governo enfrentará 86 com serenidade e firmeza, como em 85, e espera que as posições não se radicalizem, pois tal atitude é nociva ao organismo social.

O governo, em razão de sua autoridade, da tranquilidade pública, não aceita ultimatum. Repito: ninguém confunda prudência com fraqueza.

— E o funcionalismo público, especificamente, pode esperar desde já ter o 13º em dezembro de 1986?

Sarney — O governo tem o maior

interesse em resolver esse problema. Não posso prometer resolvê-lo ainda este ano. Seria uma temeridade se eu o fizesse. Não é fácil satisfazer a essa justa e antiga aspiração do funcionalismo público federal, como pode parecer à primeira vista. Estamos reduzindo gastos. Há dificuldades enormes a serem enfrentadas. Há prioridades sociais muito urgentes. Entretanto, o governo continua atento a essa reivindicação dos servidores públicos federais.

— A mudança de nome e o fortalecimento do PFL terão que grau de importância para a tranquilidade do governo nas suas relações com o Congresso Nacional? Qual o seu significado na definição dos critérios para a reforma dos ministérios?

Sarney — Evidentemente que o fortalecimento do PFL ou do PMDB interessa ao governo. Membros que são da aliança Democrática. E evidente também que o novo ministério refletirá as aspirações e os postulados da Aliança Democrática.

— Em novembro, quem ganha e quem perde? Como ficam, por exemplo, o PMDB e o PFL? E São Paulo?

Sarney — Não sei quem perde e quem ganha. Porque, na verdade, a apuração só ocorre depois da eleição. Não podemos fazer exercícios de futurologia, que podem ser enganosos.

— Por último, presidente, aí vai a pergunta de interesse geral: os criminosos de “colarinho branco” serão enfim punidos?

Sarney — A Justiça vem cuidando de vários casos capitulados nessa espécie de crime. A Nova República não pode acobertar abusos e crimes dessa natureza e estamos todos atentos nesse sentido. É importante destacar aqui o recente Decreto-lei 2.278, de 19 de novembro do ano passado, que, alterando dispositivos vigentes, faz incidir correção monetária sobre a totalidade das obrigações de responsabilidade das entidades submetidas a regime de intervenção, liquidação extrajudicial ou falência. Isso abrange também as operações realizadas posteriormente à decretação da intervenção, liquidação extrajudicial ou falência, referentes a qualquer tipo de obrigação passiva, contratual ou não, inclusive as penas pecuniárias por infração a dispositivos legais. A legislação torna-se mais severa e o cerco se fecha em torno dos malversadores de fundos de instituições financeiras ou recursos públicos.